

**EDSON CARVALHO VIDIGAL**

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça*

**ETIENE GOMES**

*Revista Destaque*

*"E línguas como que de fogo tornaram-se invisíveis. E se distribuíram e sobre cada um deles assentou-se uma. E todos eles ficaram cheios de espírito santo e principiaram a falar em línguas diferentes".*

A música de Gilberto Gil (Objeto Semi-Identificado, Philips, 1969) inspirada em um trecho bíblico foi citada pelo Ministro Edson Vidigal para ilustrar a relação existente entre o Poder Judiciário e a Imprensa. Uma relação retraída e marcada por muitos desencontros de linguagem, mas que, segundo o Ministro, passa por um processo de transição, da qual acredita colaborar escrevendo relatórios que contam histórias, algo diferente dos processos convencionais. "A imprensa está deixando de ir ao judiciário somente para ver os escândalos de plantão e começando a descobrir a justiça por meio dessas histórias", revela.

Nesta edição, o Vice-Presidente do STJ, que já foi repórter e magistrado em um mesmo Tribunal, o Federal de Recursos, afirma que juízes precisam falar a mesma língua dos jornalistas, sendo simples e exatos, e defende, acima de tudo, o princípio da transparência. "É uma regra muito simples: tudo que eu faço enquanto juiz não pode ter segredos, eu tenho contas a prestar à sociedade, porque é minha obrigação, imposta pela Constituição Federal". Abaixo, a íntegra da entrevista.

***De que maneira suas experiências como jornalista influem, hoje, no exercício da magistratura?***

- O exercício do jornalismo - costume dizer - foi minha



principal escola. Não só escola de vida, mas de metodologia de trabalho. Foi no exercício do jornalismo que aprendi muito do que aplico na condição de magistrado, porque no jornalismo tem que se saber escrever, e o magistrado, mais do que qualquer outro, tem o dever de ser claro. O jornalismo ensina também a se trabalhar com prazos, pois os jornais têm hora para fechar, serem distribuídos, e o Judiciário também trabalha com prazos, mesmo esses prazos podendo ser procrastinados através de recursos espúrios e cretinos que a nossa legislação ainda abriga. Outra coisa que aprendi é que o jornalista não pode confundir informação com sua posição pessoal; tem que ser objetivo, exato, isento, assim como o juiz, que tem que agir de forma isenta e imparcial. Enfim, comecei a constatar que muito do que eu havia aprendido no meu exercício profissional como jornalista eram pressupostos para o exercício da magistratura.

***Quando o assunto é linguagem, há uma distância muito grande entre um juiz e um jornalista. Qual deve ser a linguagem adotada por esses profissionais ?***

- Quando eu atuava como repórter, os juízes não queriam falar com os repórteres. O repórter, por sua vez, como não entendia o Direito, não se esforçava para entender as decisões. Havia essa retração de um com outro. Na verdade, jornalistas e juízes sempre tiveram uma relação difícil. Isso só veio acalmar depois da democratização, já com a Nova República. Eu penso que também tenho dado, aqui no STJ, um pouco de contribuição, pois introduzi o relatório contando história. Depois, alguns colegas começaram a fazer a mesma coisa. Por outro lado, a imprensa está começando a descobrir a Justiça por meio dessas histórias nos processos e deixando de só ir ao Judiciário para ver os escândalos de plantão. Juízes precisam falar a mesma língua dos jornalistas. Precisamos “desbabelizar” o judiciário, acabar com essa “babel” de cada um falar as coisas de forma diferente. Eu, juiz, tenho que falar de maneira que todo

mundo entenda, o público em geral, e não só o jornalista. Temos (juízes) que falar simples. Temos (juízes) que ser exatos.

***O Senhor concorda com a opinião de que os juízes só devem falar nos autos?***

- Nós estamos em um processo de transição. Cabeça de pessoas é muito difícil você entender. Tem um ditado que diz: “É difícil ensinar cavalo velho a marchar”. Então, os juízes da velha guarda vão continuar sendo do jeito que sempre foram. Se foram acessíveis, vão continuar sendo; se não foram, também não vão mudar. É uma questão de visão. Eu, particularmente, não vou pressupor sempre que quando um jornalista procura um juiz é porque ele está a fim de levá-lo para uma fria. E sobre essa história de dizer que só fala nos autos é uma postura antidemocrática, é claro que o juiz não pode falar fora dos autos sobre aquilo que ainda está decidindo, porque não pode antecipar juízo de valor; mas, sobre o que ele já falou nos autos e se o processo é público, já que a CF em seu art. 37, determina para todos os agentes públicos o princípio da publicidade, eu não vejo problema.

***Nesse contexto, o que significa esse princípio?***

- Publicidade significa transparência, significa o direito de todo o cidadão ser informado. Todo o cidadão tem o direito de saber o que seus agentes estão fazendo na Administração, e o Judiciário é um ramo da administração pública, é administração da Justiça, não é administração do Tribunal tão-somente, é administração do Direito. Nós juízes operamos o Direito administrando a realização da Justiça. Então, o Juiz tem que aprender a falar; se não sabe, tem que aprender. Quando eu dava aula no curso de Direito, (está licenciado da UNB), costumava dizer no primeiro dia aos alunos: “Vocês estão aqui comigo para aprender três coisas: primeiro, vocês vão aprender a ler; depois, vão aprender a escrever, porque só vão saber escrever, se souberem ler; quando, então, souberem

ler e escrever, vão aprender a falar, porque advogado, juiz, membro do MP, ninguém que vá operacionalizar o Direito pode atuar sem saber essas três coisas: ler, escrever e falar.

***A Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN) veda que um juiz comente uma questão judicial que ainda não tenha transitado em julgado. O senhor acha que algo tem que ser mudado nessa lei?***

- Tendo em vista que a LOMAN é uma lei anterior à Constituição, ela foi recepcionada, então, é aplicada somente naquilo que não colide com a Constituição. Algumas determinações da LOMAN que vão de encontro ao princípio da transparência, ao princípio da publicidade, ao direito da informação, tudo isso não é aplicável. É uma regra muito simples: tudo que eu faço enquanto Juiz não pode ter segredos, eu tenho contas a prestar à sociedade, porque é minha obrigação, imposta pela Constituição. A própria Constituição diz quais as hipóteses que tramitam em segredo de justiça. (Art. 5º, LX – “a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem”). Fora daí, não vejo nada de mais que o juiz, ao decidir, tire cópias da decisão e mande para a Assessoria de Imprensa repassar aos jornalistas. Não é ético é um juiz ficar comentando a decisão de outro.

***O senhor entende que jornalistas podem ter acesso a autos de processos que não transitam em segredo de justiça?***

- O princípio da transparência está acima de tudo; assegura ao cidadão o direito de saber. Eu não vejo nada demais o jornalista ter acesso aos autos. (CF, Art. 5º, XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.)

***Quando a questão é “segredo de justiça” há uma linha tênue entre respeitar a legislação e censurar um debate. Qual aposição do senhor nesse contexto?***

- A Constituição diz: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrentes de sua violação”. Também diz: “é livre a expressão da atividade de comunicação, intelectual, artística, científica e de comunicação”; aqui tenho, portanto, o princípio basilar chamado liberdade de imprensa.

Eu acho que o regime constitucional em que nós vivemos é o regime de liberdades democráticas e quanto aos abusos nós temos instrumentos para repreendê-los. Agora, eu tenho que ter muito cuidado para não confundir ação preventiva de defesa da intimidade desses “valores” tutelados com censura prévia. Eu tenho que ter muito cuidado para não estar praticando a censura. Acho que tem que examinar caso a caso; eu contaria até mil, depois mais mil novamente, antes de me convencer assim.

***Os sites das Assessorias de Imprensa de diversos órgãos do Judiciário (como o STJ e o TRF-1ª), com informações em tempo real sobre julgamentos de ações judiciais, têm pautado inúmeros jornais Brasil afora. Qual aposição do senhor em relação a esses sites?***

- Sou francamente favorável. O Judiciário tem padecido muitas incompreensões da sociedade, por ser, exatamente, o poder ainda mais apegado à monarquia do que à República com seus ritos, o pior, apegado àquilo que as monarquias decadentes tiveram e que as monarquias mais modernas não têm. O Judiciário ainda tem muita coisa das monarquias decadentes e, por conta disso, precisa abrir-se mais à sociedade. É importante que nós compreendamos que trabalhamos para

um empregador só. Tanto o Presidente da República, os senadores, os deputados, os ministros de Estado, ministros de tribunais, juízes e servidores, todos trabalham para um mesmo empregador, que se chama povo brasileiro. Nós (juízes) temos que ter a mesma consciência que todo servidor público tem que ter - a de que nós temos obrigação de procurar fazer todos os dias, da melhor maneira, o nosso trabalho. E o nosso (dos juízes) é mais difícil do que o dos outros, porque nós temos um poder que os outros não têm, porque nós podemos dispor sobre a liberdade e sobre o patrimônio das pessoas. Quando dizem ironicamente que nós (juízes) somos "assim com Deus", (esfregando um dedo indicador no outro), de certo modo é uma afirmação procedente, tem algo de procedente. Mas nós não podemos usar essa "semi-divindade" para a repressão, opressão, depressão ou qualquer coisa que possa significar prejuízo aos outros.

***Com toda a sua experiência de juiz e jornalista, se o senhor tivesse a oportunidade, hoje, de falar a juízes recém-empossados sobre o tema relacionamento do Judiciário com a Imprensa, o que diria?***

- O juiz primeiro deve ler o processo todo; cada processo é uma novela, uma história de vida, são exames radiográficos de um momento da vida de uma pessoa. O juiz deve ler tudo, deve se colocar, primeiro, no lugar da vítima; depois, ele deve se colocar no lugar do acusado; depois é que ele tem que ser juiz; e, na hora de ser juiz, ele tem que procurar ser gente. Depois desse exercício, ele deve perguntar: "E as pessoas lá fora que souberam disso?" Então, ele também tem que dar satisfações às pessoas. E aí é que começa a obrigação dele de ter boas relações com os agentes dos meios de comunicação, no sentido de passar a informação da maneira mais clara, mais exata possível. Se for para ele tirar meia hora com o repórter, ele não estará perdendo meia hora, ele estará investindo meia hora. Quando ele parar pra explicar, tem que usar a forma mais didática, tem que ser paciente, porque o repórter está

fazendo o seu trabalho. Infelizmente, no Brasil, ainda, há informações que são propositadamente veiculadas de forma inexata com o objetivo de atingir alguém, um juiz, ou uma parte. Enfim...mas, o juiz tem que ser exato na decisão e na informação, pois se não for exato poderá retirar a legitimidade da informação.

### **Um resumo da história — De Jornalista a Juiz**

Aos 14 anos de idade, Edson Vidigal já era repórter policial. Coincidentemente, o trabalho às portas das delegacias haveria de ser também o seu contato com o primeiro momento da realização da justiça, isto é, com o inquérito. Ao lado dos detetives da polícia civil, o repórter sonhador foi-se transformando intuitivamente num curioso do Direito. Nos anos sessenta, quando ainda morava no Maranhão, foi vereador líder da oposição na Câmara Municipal de Caxias, cidade natal. Ainda não tinha 20 anos quando (em 14 de abril de 1964) foi preso e cassado logo no começo do regime militar.

Tempos depois, já com o registro de jornalista profissional, fez vestibular para Direito na Universidade Federal do Maranhão. Não fugia à regra, pois, naquela época, eram as faculdades de Direito e Filosofia que produziam os pensadores das redações, os grandes editorialistas. Edson Vidigal foi repórter, chefe de reportagem e chefe de redação e, quando faltava apenas ser proprietário de jornal, fundou o “Edição Extra”, cujo nome justificava o fato de não ter prazo para circular.

Quando, em 1968, já cumprira sua missão como jornalista no Maranhão, participou do famoso concurso nacional da Editora Abril, para integrar em São Paulo a equipe pioneira da revista “Veja”, e foi selecionado. Mais tarde, mudou-se para Brasília para trabalhar na sucursal do Jornal do Brasil. Foi em Brasília que concluiu o curso de Direito na UNB. De manhã, o estudante Edson Vidigal freqüentava as aulas na Universidade; à tarde, ficava de plantão no Tribunal Militar; onde as coisas

aconteciam nos idos de 1976.

Outros Tribunais que o repórter Vidigal cobria eram o TCU, o TSE e o TFR, este último foi considerado por ele um Tribunal amorfo, “um local preocupado em esconder as notícias dos repórteres”. Edson Vidigal não simpatizava com o famoso Tribunal Federal de Recursos, que naquela época, segundo ele, era apenas um tribunal administrativo da União Federal; para o jornalista, o TFR era uma péssima fonte; conseguir uma informação naquele órgão tirar leite de pedra. Voltando ao Maranhão, em 1978, candidatou-se a Deputado Federal, sendo um dos seis mais votados entre os 14 eleitos. No Congresso trabalhou ao lado de Ulisses Guimarães e de Tancredo Neves na luta pela anistia, pela redemocratização, pelas eleições diretas.

Quando terminou o mandato de deputado, recebeu um convite para trabalhar no Correio Braziliense, na equipe de advogados. Naquela altura, já estava como advogado de uma causa polêmica, mas ninguém sabia. Era ele o advogado do Deputado Federal Gerson Camata, que, na época, ocupava as primeiras páginas dos jornais, pois, eleito governador do Espírito Santo, estava ameaçado de não ser empossado por estar sendo processado por crime contra a segurança nacional, acusado pelo Procurador Geral da República por ofensa à honra do então Presidente João Figueiredo.

O famoso processo foi parar em suas mãos, porque, segundo ele, na época, Camata não tinha condições de pagar um advogado renomado. A atração por desafios fez, então, o advogado Edson Vidigal sacar do bolso a carteira da OAB dizendo a Camata:

- “Eu faço para ti e não vai te custar nenhum tostão”.

Hoje, lembra o momento como um ato de irresponsabilidade. Quando, mais tarde, leu o processo é que pôde ter noção da gravidade da



história. Agora, costuma dizer recordando a época: “A sensação foi a de quem mergulhou numa piscina com água só pela metade: arrebentei-me”. Mas ao final da história, Vidigal ganhou o processo e Camata foi empossado governador. Depois disso, o advogado tornou-se famoso e passou a atuar no Supremo Tribunal Federal constantemente, tendo como clientes inúmeros diversos políticos, incluindo deputados federais ex-colegas. (“Parlamentar era processado por tudo, só havia imunidade na tribuna”).

Com o início da Nova República, foi convidado pelo Presidente José Sarney a ser Assessor Especial da Presidência. Quando sentiu, depois, que o novo cargo começou a gerar “ciúmes demais”, assumiu outra função, tornando-se responsável pelas relações do Palácio com o Judiciário e com o Ministério Público.

Em 1987, quando já não trabalhava mais para o governo e pensava em ir para os EUA fazer um estágio de seis meses no escritório de William Rogers, (ex subsecretário do Presidente Kennedy para América Latina), “como se fosse um castigo”, diz hoje, foi nomeado Ministro do TFR. Segundo ele, jamais havia imaginado parar ali, justamente ali, naquele local, que quando jornalista, criticara tanto. Hoje revela: “Desmontaram-me, pegando-me pela vaidade, quando me foi dito que ali era o meu lugar, pois eu já tinha sido do Legislativo, do Executivo e no Judiciário havia atuado como advogado. Foi aí que me pegaram, nesse toque forte da vaidade; então fui ser ministro do TFR”.

A conclusão da história? Ele mesmo faz questão de apresentar: “Como se vê, conheço todas as margens do rio. Atravesse de uma margem a outra... virei de canoa no leito...”

### **Histórias de um jornalista**

Conta o Ministro Edson Vidigal que, certa vez, ainda como



correspondente do Jornal do Brasil no Maranhão, foi encarregado de redigir matérias sobre grilagem de terras no Sul do Estado e, como resultado, foi processado. Na época, o Jornal do Brasil mandou uma passagem para que ele fosse defender-se no Rio de Janeiro e contratou um bom advogado para o jornalista. Como a fonte do repórter era um juiz federal no Maranhão, Vidigal foi até o juiz e solicitou o empréstimo do processo. “Naquele tempo, xerox era algo inacessível por ser extremamente caro, então, não havia outro jeito senão sair com o processo debaixo dos braços”. Com quase oito volumes na mala, Edson Vidigal chegou ao Rio de Janeiro e jogou os autos na mesa do editor-geral, Walter Fontoura: “Está tudo aí”, disse. — “Você se baseou nisso?” perguntou o editor. Obtendo a resposta afirmativa, o editor, em seguida, liberou a máquina de xerox do jornal durante toda a noite para que tudo fosse copiado. O resultado foi que o repórter Vidigal cumpriu a ordem, fez sua defesa e, como não poderia deixar de ser, escreveu, ainda, mais matérias sobre o assunto. Mais tarde devolveu os autos ao Juiz. Hoje, quando recorda a época, não esconde a preocupação comum a qualquer magistrado: “Você vê o tamanho da responsabilidade? E se o avião caísse ou se a mala se extraviasse, como ficaria o processo?”

Depois do episódio da matéria sobre grilagem de terras, o jornalista Edson Vidigal ganhou mais credibilidade. Voltou ao Maranhão e foi ser Secretário de Redação do jornal O Estado do Maranhão. Bandeira Tribuzi era o diretor de redação e os dois faziam um jornal a despeito do dono, que era José Sarney, e muito contra sua orientação. Os dois não poupavam o governo, e todas as noites Sarney ligava para Tribuzi e perguntava se ele já havia lido o artigo do Vidigal. O Sarney vivia preocupado com o artigo, e Vidigal vivia achando que ia ser demitido. Hoje, ao lembrar a época, revela: “O Sarney, em relação a mim, foi sempre muito tolerante, e eu devo muito isso a ele, pois essa tolerância permitiu o meu crescimento, e eu não resultei em um adolescente

frustrado, traumatizado”.